
O PROTESTO LIBERAL-CONSERVADOR NA ESCOLA: A ESCOLA SEM PARTIDO E “A IDEOLOGIA DE GÊNERO”

THE LIBERAL-CONSERVATIVE PROTEST AT SCHOOL: NON-PARTISAN SCHOOL AND “GENDER IDEOLOGY”

LA PROTESTA LIBERAL-CONSERVADORA EN LA ESCUELA: LA ESCUELA NO PARTIDARIA Y “LA IDEOLOGÍA DE GÉNERO”

Rafael Pereira¹

Marco Bettine²

DOI: 10.5935/2358-3541.2023131243-pt

Resumo

Este texto busca traçar os conflitos escolares a partir do caso da EMEI A, local em que o bloco liberal-conservador chegou às salas de aula por meio das mídias digitais, em defesa de uma Escola Sem Partido e contra a ideologia de gênero; em defesa da família e contra a militância progressista. Discute-se que consensos democráticos como “cidadania”, “aluno crítico” e “diversidade” romperam na esfera pública, repercutindo no currículo e atingindo suas finalidades formativas. Não só o conteúdo, mas a forma de participação destes públicos mostrava um dissenso talvez mais profundo: sob a premissa da participação, não mais nos fóruns escolares, mas nas mídias digitais. Essa pesquisa pretende entender a penetração do conservadorismo nas escolas a partir de uma situação concreta, o que nos leva a indagar o bolsonarismo e o movimento Escola sem Partido, e, particularmente, a ideologia de gênero.

Palavras-Chave: Conservadorismo; Mídias digitais; Educação Infantil.

Abstract

This text seeks to trace school conflicts from a specific case: EMEI A (a municipal public school in the city of São Paulo), where liberal-conservative ideology entered classrooms through digital media, defending the Non-Partisan School movement and denouncing gender ideology; defending family values and denouncing progressive militancy. We discuss how democratic consensuses such as “citizenship”, “critical student”, and “diversity” have broken into the public sphere, with repercussions on school programs, reaching its formative purposes. Not only the content, but the form

¹ Ms. Dtdo. Progama de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política

² Prof. Dr. Universidade de São Paulo, marcobettine@usp.br

of participation of these audiences showed perhaps a deeper disagreement on the premise of participation, beyond the classroom space, into digital media. This research intends to understand the penetration of conservatism in schools from a concrete situation, which leads us to question Bolsonaroism and the *Escola sem Partido* [Non-Partisan School] movement.

Keywords: Conservatism; Digital Media; Child education.

Resumen

Este texto busca rastrear los conflictos escolares a partir del caso de la EMEI A, donde el bloque liberal-conservador llegó a las aulas a través de los medios digitales, en defensa de una Escuela Sin Partido y contra la ideología de género; en defensa de la familia y contra la militancia progresista. Se discutió que consensos democráticos como 'ciudadanía', 'estudiante crítico' y 'diversidad' se rompieron en el ámbito público y repercutieron en el currículo, alcanzando sus fines formativos. No solo el contenido, sino la forma de participación de estas audiencias mostró un desacuerdo quizás más profundo sobre la premisa de la participación, ya no en los foros escolares, sino en los medios digitales. Esta investigación pretende comprender la penetración del conservadurismo en las escuelas a partir de una situación concreta, lo que nos lleva a cuestionar el bolsonarismo y el movimiento *Escola sem Partido* y, en particular, la ideología de género.

Palabras Clave: Conservadurismo; Escuela sin Partido; ideología de género.

INTRODUÇÃO

Entre 2013 e 2022, a sociedade brasileira adentrou um ciclo político conturbado, ao longo do qual vimos a crise do lulismo, a articulação de novas forças sociais no campo das direitas e uma surpreendente transição hegemônica. Consensos fundamentais construídos no processo de reabertura democrática e cristalizados na constituição de 1988 foram relativizados ou ressignificados.

Jair Bolsonaro se tornou a maior liderança conservadora nesse período. Ele que sempre considerou a ditadura civil-militar iniciada em 1964 um regime democrático, tornou-se o primeiro presidente desde a redemocratização a ser eleito sem comprometer-se a reduzir a desigualdade, um dos quatro objetivos constitucionais da república. Entre as suas bases sociais, circula uma visão seletiva e minimalista dos direitos humanos, apresentada ora em versão fundamentalista, ora em versão punitivista. As publicações, resenhas e traduções sobre crise e morte da democracia se multiplicaram. A simples afirmação de que as instituições democrático-liberais estavam funcionando se tornou controversa.

Em 2016, o Projeto de Lei do Escola Sem Partido (ESP) começava a se espalhar pelos municípios. Os professores progressistas começaram a contornar

possíveis conteúdos polêmicos, desconfiar de perguntas ambíguas dos alunos. Além disso, inflar a ameaça fascista tornou-se uma reação frequente narrada em conversas entre professores. Mas não havia apenas a reação paranoica ao pânico moral. Os múltiplos ativismos e discursos da nova direita estavam desaguando nas escolas, nas redes e na cultura de modo geral – o ESP era só a ponta do *iceberg*.

Enquanto educadores progressistas defendiam os direitos humanos ou esperavam que o STF declarasse a inconstitucionalidade do projeto do ESP, nós professores éramos contestados, não só nas redes sociais, por liberais e conservadores que falavam em combater o sistema – o institucionalismo se tornava apanágio da esquerda.

Nesse cenário por demais complexo, essa pesquisa tem como objetivo compreender a penetração do conservadorismo nas escolas, o que nos leva a indagar o bolsonarismo e o movimento Escola sem Partido. Passamos a olhar para a escola não apenas como ponto de chegada do conservadorismo militante (espécie de alienígena análogo ao professor militante), mas também como seu ponto de partida, procurando as demandas das famílias conservadoras que viam na escola um obstáculo progressista a seus projetos educativos. Abordando a articulação das suas formações discursivas nos antagonismos locais, seu funcionamento e resignificação; seus sujeitos e impactos na instituição escolar. O foco assim recai sobre a interação escolar modificada sob impacto da iniciativa conservadora.

Este estudo é parte da tese de doutorado que discute essas questões de maneira mais abrangente. Foi concebido com uma série de entrevistas no trabalho de campo, entre maio de 2019 e junho de 2021, realizando-se 39 entrevistas com professores, diretores, supervisores, estagiários, pais e mães de alunos. Estes sujeitos de pesquisa foram localizados a partir da rede de professores, pesquisadores e militantes, aos quais se solicitava contatos de escolas com famílias conservadoras ativas.

Para fins deste texto, traremos o caso da EMEI A. Compõem os personagens desse estudo, o Pai do vídeo, A Diretora da Escola, a Professora A, a Professora B.

As entrevistas foram realizadas na rede municipal de ensino de São Paulo. A escolha da educação infantil como *locus* de análise deu-se por ser um nível de ensino em que os pais e, sobretudo, mães são muito mais presentes na vida escolar dos

filhos. Em segundo lugar, é no nível infantil que as crianças têm geralmente os primeiros contatos com a diversidade de arranjos familiares e outras moralidades; e os pais, por sua vez, veem sua influência relativizada. Em terceiro lugar, descobrimos na rede municipal de ensino um progressismo pedagógico muito bem articulado.

O fato de a prefeitura de São Paulo ter tido sua pasta de educação gerida por Paulo Freire durante a gestão Erundina (1989-92) é certamente um marco. Os professores, diretores e supervisores entrevistados o citam frequentemente como referência teórica, mas também política e de gestão. A rede é freireana num sentido forte. Acrescente-se a isso as duas gestões petistas que se seguiram, Marta Suplicy (2001-2004) e Fernando Haddad (2013-16), ambas com importantes iniciativas na educação.

O roteiro semiestruturado desses encontros sofreu poucas alterações ao longo do processo. Desde o início, indagou-se sobre a percepção dos sujeitos de pesquisa a respeito da presença da crise política brasileira no cotidiano escolar, sua autoidentificação política, suas convicções sobre a educação e, finalmente, aquilo que ensejava nosso encontro, seu envolvimento nas disputas locais.

Na hora de selecionar as entrevistas e constituir o *corpus*, demos preferência àquelas em que o componente liberal e conservador conviviam, já que, no centro do debate contemporâneo sobre as novas direitas ou neoconservadorismo, encontra-se um esforço por compreender as combinações possíveis entre o componente liberal e o conservador (ROCHA, 2020, 2019, 2018; BIROLI *et al.* 2020).

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A obra de Laclau e Mouffe (2015) possibilitou alinhar as perguntas e as primeiras descobertas de campo. Depois de escreverem a quatro mãos *Hegemonia e Estratégia Socialista*, os autores realizaram uma divisão do trabalho. Enquanto ela desenvolvia os fundamentos normativos daquela teoria da hegemonia no campo da teoria política, ele procurou construir as suas bases no campo das ciências sociais, procurando fundamentos na linguística e na psicanálise.

O historiador argentino Ernesto Laclau considera que as unidades básicas de análise do social são as demandas, entendidas não como expressão de um grupo previamente definido, mas como práticas que justamente constituem as identidades

sociais. Imaginemos um grupo de vizinhos que organiza uma petição para reivindicar uma linha de ônibus para seu bairro. Ao dirigi-la à prefeitura, eles não somente constituem sua diferença como grupo, mas, ao mesmo tempo, legitimam a autoridade instituída, por isso essa demanda obedece a uma lógica diferencial (LACLAU, 2013; 2009). Porém, em contextos institucionais de crise, marcados pela incapacidade do sistema de absorver um número considerável de demandas, outra dinâmica se estabelece. As demandas não mais se esgotam em suas próprias diferenças, ao contrário, elas tendem a se identificar entre si, encadeando-se segundo uma lógica da equivalência. Um bom exemplo de formação de equivalência é o movimento das "Diretas Já!", que articulou demandas díspares numa única cadeia de alianças: a luta contra a corrupção, o protesto contra a inflação, o fim do desemprego, o respeito aos direitos humanos (MENDONÇA, 2007, 2010). Essas duas lógicas presidem a constituição política do elo social. A segunda predomina em cenários de crise orgânica, a primeira caracteriza formações altamente institucionalizadas: elas são incompatíveis, porém, interdependentes, nenhuma delas pode, sozinha, integrar uma sociedade – a tensão insolúvel entre elas é constituinte do elo social.

O “Diretas já”, ao simbolizar uma equivalência entre as diferentes demandas, atuou como um ponto nodal ou um significante vazio. Assim chamados não porque careçam de sentido, mas justamente porque condensam múltiplos significados. Esta articulação em torno de uma unidade ocorre quando uma demanda particular da cadeia é sobredeterminada, assumindo função universalizante, estruturando simbolicamente uma formação discursiva. As demais demandas encontram assim uma superfície de inscrição, na qual suas particularidades, legitimadas, podem também aspirar à universalidade; elas, por sua vez, conferem conteúdo e representatividade àquele significante esvaziado. Operando como uma metonímia em que a parte representa o todo, o significante vazio torna possível uma hegemonia: sua condição é que “uma força social particular assuma a representação de uma totalidade que lhe é radicalmente incomensurável. Tal forma de universalidade hegemônica é a única que uma comunidade pode alcançar” (LACLAU, 2015, p. 37). Esse significante hegemônico, seja um movimento ou um líder, personifica uma unidade antes inexistente e nada em sua particularidade renuncia a função universal que passa a assumir (LACLAU, 2015). Segundo Laclau, isso faz com que toda comunidade se

estruture em torno de uma falta constitutiva – tal como uma catacrese: o nome da figura retórica que descreve metaforicamente um objeto para o qual não existe expressão literal equivalente. Essa totalidade ausente é também uma ordem almejada, que se contrapõe à ordem dada, marcada com o signo da desordem, interpelando os sujeitos a se engajarem num combate por outra ordem social.

Como se vê, a universalidade hegemônica supõe o antagonismo. O jogo das diferenças entre as identidades sociais é convertido numa equivalência somente por meio da exclusão de uma ou mais diferenças. As alianças não poderiam se estender infinitamente, o significante hegemônico é apenas tendencialmente vazio: a equivalência nasce de uma exclusão constitutiva que estabelece o horizonte, o limite do que é representável dentro do laço social (LACLAU, 2013). “A sociedade se constitui em torno desses limites antagonísticos” (LACLAU, 2015, p. 41). Para representar a totalidade social, a força hegemônica precisa representar o seu outro antagônico, o outro lado da fronteira. Como se vê, o antagonismo não é um obstáculo para a (sempre provisória) unidade social, mas sua própria condição.

Ao longo de sua trajetória, o trabalho de Ernesto Laclau se afastou gradativamente do marxismo, afirmou seu compromisso com a radicalização da democracia e foi pouco além disso no sentido normativo da teoria. Quem o fez foi sua companheira, a cientista política belga, Chantal Mouffe, que procurou extrair as implicações de uma teoria da hegemonia centrada no antagonismo para as instituições da democracia liberal. Estas, do ponto de vista do seu pluralismo agonístico, são legitimadas por um consenso em torno dos princípios da liberdade e da igualdade. No entanto, trata-se de um consenso conflituoso, uma vez que não existe um “Nós” universalmente inclusivo; todo “Nós” pressupõe um “Eles”, toda identidade é relacional. O consenso sobre os princípios é acompanhado por um dissenso sobre sua interpretação e sobre os meios de realizá-los. Em suma, um conflito sobre o bem comum da cidadania almejado por todos se instaura, já que seu significado é definido segundo diferentes projetos de hegemonia – socialistas, liberais, conservadores, socialdemocratas e outros – que tentam articular o maior número de demandas em torno de si segundo estratégias de construção equivalências opostas. A questão é se enfrentamos os rivais como adversários ou inimigos cuja divergência representa uma ameaça a ser eliminada,

Um adversário é um inimigo, mas um inimigo legítimo, com quem temos alguma base comum, em virtude de termos uma adesão compartilhada aos princípios ético-políticos da democracia liberal: liberdade e igualdade. Discordamos, porém, em relação ao sentido e à implementação dos princípios e não se pode resolver tal desacordo por meio de deliberação ou de discussão racional. De fato, dado o pluralismo inerradicável de valores, não há solução racional para o conflito – daí a sua dimensão antagonística (MOUFFE, 2005, p. 20).

Sobre essa distinção reside a contribuição propriamente normativa da teorização de Mouffe (1993, 1999, 2006, 2015). Note-se que o antagonismo continua sendo constitutivo da política: as instituições não podem jamais aboli-lo; no entanto, podem sublimá-lo ou domesticá-lo. É assim que ela compreende o papel das instituições parlamentares, por exemplo. Contrariando a teoria racionalista liberal, insiste que o parlamentar derrotado pela maioria não deixa de acreditar que tinha razão, apenas aceita a derrota. Como na guerra, é vontade contra vontade, mas aqui se trata de um Nós/Eles compatível com o pluralismo democrático (MOUFFE, 2015, p. 22). O deslocamento dos consensos na política brasileira que resultou da polarização assimétrica conduzida pela direita radical tenta, de fato, realinhar os antagonismos e reduzir o campo do agonismo.

ASCENSÃO CONSERVADORA

O ciclo político em que a sociedade brasileira entra a partir de 2013 pode ser descrito como um processo de articulação e desarticulação de equivalências que resultou num realinhamento das fronteiras antagonísticas. As jornadas de junho de 2013 assinalam claramente a fragmentação da articulação progressista e os primeiros passos de uma nova equivalência conservadora.

Os protestos contra o aumento das tarifas de ônibus se iniciaram em Porto Alegre e se espalharam rapidamente pelo Brasil, sobretudo após violenta repressão policial em São Paulo. Os autonomistas do Movimento do Passe Livre (MPL) lideravam as manifestações, mas conforme elas se difundiam, viram sua influência na formulação do discurso diminuir, num caso típico de paradoxo dos movimentos sociais.

Os protestos foram inundados por demandas díspares, alheias à questão do transporte público: de verbas para a saúde a protestos contra a corrupção, passando

pela questão da cura *gay*, palavras de ordem patrióticas e cantos de torcida de futebol, viu-se de tudo um pouco nas ruas durante aqueles dias (TATAGIBA, 2014; ALONSO, 2018). Quando as prefeituras começaram a reduzir as tarifas, o MPL saiu de cena, protestando contra setores de esquerda e direita que tentavam dar um golpe na “sua” pauta. O MPL, assim, rejeitou a formação de equivalência entre essas demandas, prevendo o enfraquecimento da sua demanda específica. A rejeição do MPL à articulação de demandas não deixa de ser um sinal da fragmentação dos setores de esquerda na sociedade. Isso se mostra mais claramente com a crise que se abate sobre o PT no período. A força política hegemônica no campo de esquerda desde a redemocratização, via um esgarçamento do seu discurso – acusações de corrupção, alianças espúrias com oligarquias políticas tradicionais e burocratização da militância que se afastava das suas antigas bases sociais –, tudo isso alterava profundamente o significado do discurso que construiu historicamente a identidade do partido e sua capacidade de simbolizar as demandas sociais dos setores populares.

As Jornadas de Junho já eram um marco porque mostravam que o partido perdera seu protagonismo histórico nas ruas, e a reação da presidenta Dilma Rousseff às manifestações, propondo um pacto para atender aos protestos, confirmava que a crise do lulismo e do partido era um fato. O governo, que era aprovado por dois terços da população no início das manifestações, via sua popularidade despencar 27 pontos em três semanas. Quando o incipiente 2º mandato da presidenta Dilma foi ameaçado, o PT conseguiu realinhar boa parte das forças progressistas que haviam se afastado nos anos anteriores, mas isso não foi o bastante para superar a articulação de direita que se formava e ocupava as ruas massivamente. Se as equivalências de esquerda se fragmentavam, paralelamente se rearticulava gradualmente, nos campos de direita, sobretudo a partir de 2014, um novo projeto de hegemonia, em meio à crescente crise econômica.

O #NãoVaiTerGolpe não foi páreo para o #ForaDilma. A direita não apenas organizou manifestações numericamente superiores, mas também produziu uma articulação inédita na política brasileira. Ultraliberais, monarquistas, evangélicos, lavajatistas, militaristas, novas figuras despontavam como lideranças: Vem pra Rua, Olavo de Carvalho, Lobão, Movimento Brasil Livre (MBL), Bolsonaro, Revoltados Online. Paralelamente, a Operação Lava-Jato corroía a credibilidade do Partido dos

Trabalhadores. O antipetismo e a corrupção eram os significantes vazios que uniam essas figuras e movimentos heterogêneos. O apoio de velhos atores como a mídia corporativa e os tucanos também precisam ser lembrados, embora não tenham durado muito na coalizão. Uma vez derrubada a presidenta Dilma, os escândalos de corrupção do novo governo empossado se multiplicaram, abalando figuras importantes do PSDB, que entrou no governo assumindo ministérios importantes e por anos liderou a oposição ao petismo. Isso teve dois efeitos: o primeiro foi arruinar a liderança que o PSDB exercera sobre as direitas por décadas. O segundo foi criar uma atmosfera de rarefeita legitimidade do sistema político.

Moura e Coberllini (2019) afirmavam já em 2017 que o candidato que melhor assumisse o discurso antissistema teria as maiores chances na corrida presidencial. Nessa tarefa, Bolsonaro foi imbatível. Enquanto seu rival, Fernando Haddad, prometia em seu slogan “Para o Brasil ser feliz de novo”, ou seja, um retorno, Bolsonaro prometia uma ruptura com “tudo que está aí”, um recomeçar do zero. Ser antissistema era ser politicamente incorreto, contra o vitimismo e as cotas, era ser contra a extrema imprensa e a hegemonia cultural da esquerda, era ser contra o globalismo e as estrelas globais, contra os vagabundos em nome da segurança, contra as ONGs ambientalistas em nome do progresso, por fim contra a corrupção. Num cenário de crescente crise econômica, completa-se a formação de um discurso popular de direita no Brasil, isto é, uma representação conservadora hegemônica do povo brasileiro. Neste breve ciclo de 2013 a 2018, o modelo de Laclau se aplica com muita facilidade: começa com um cenário de demandas difusas flutuando ao longo do espectro ideológico; assume forma antagonística entre 2015 e 2016, e alcança, em 2018, uma unificação populista sob a liderança de Bolsonaro (CESARINO, 2020) – ou seja, a sociedade passa da dispersão à unificação por meio do antagonismo. Nesse processo, houve um deslocamento da fronteira ideológica, fazendo a centro direita orbitar ao redor da direita radical, gerando uma polarização assimétrica.

Na literatura sobre o bolsonarismo, o debate algo desnorteador sobre o número exato dos seus componentes fundamentais, os ultraliberais e os conservadores cristãos cresceram no bojo do antipetismo, ao mesmo tempo em que a retórica anticomunista era resgatada (MESSENBURG, 2017; MIGUEL, 2018; ALMEIDA, 2018).

Por outro lado, os estudos que compreendem o bolsonarismo como uma comunidade moral (ALONSO, 2019) ou que identificam as raízes do seu engajamento numa certa concepção moral de pessoa (KALIL, 2018) auxiliaram a afastá-lo de abordagens que tratam agenda moral e econômica de modo dicotômico. Já o militarismo (RIBEIRO, 2018) não apareceu na pesquisa de campo; em compensação, um valor que está associado a ele frequentemente apareceu muito: o punitivismo. De modo análogo, o nacionalismo não era acionado nas interações conflituosas da escola; no entanto, outra significante surgia para rejeitar as divisões e os partidos: o discurso cidadão.

Liberal, conservador, punitivista, cidadão: tendências discursivas que antecedem o discurso bolsonarista e o atravessavam. Todas elas podem se formular no chão da escola, tanto em versão antissistema, ampliando a fronteira antagonista, quanto em linguagem agonística, alimentando o consenso conflituoso ali institucionalizado.

Dessas formações discursivas isoladas, três são mobilizadas quase exclusivamente no campo das direitas (liberal, conservador, punitivista), uma é mobilizada pela esquerda e pela direita (cidadã) e, por fim, concluindo a construção do corpus, identifica-se uma formação exclusivamente progressista: a freireana.

Formação discursiva cidadã

O consenso conflituoso em instituições democrático liberais toma os princípios de igualdade e liberdade como base para disputa sobre o sentido do bem comum para a cidadania. Aplicando o modelo a instituições escolares, pode-se inferir que o consenso conflituoso se estrutura aqui em torno do direito à educação, que, por sua vez, materializa-se em princípios de gestão (democrática e participativa) e um currículo oficial. Este é estruturado nas escolas municipais de São Paulo em torno de três pilares curriculares: inclusão, equidade, integralidade. Estes princípios não esgotam a disputa; antes, induzem-na por meio de uma linguagem institucionalista que precisa ser mobilizada pelos projetos opostos. Os educadores, em sua maioria progressistas, fazem-no com maior facilidade. Mas as famílias que frequentam a escola não tardam em fazê-lo. A disputa traz à baila outros significantes – comunidade, responsabilidade, transparência – ampliando os desafios à legitimação

da gestão, conforme as formações discursivas que se entrecrocavam na escola tentam aglutinar mais demandas sociais. O discurso pode oscilar entre o institucional, o pedagógico e o moral facilmente.

Kalil (2018) isolou 16 tipos de bolsonaristas, mas, ao unificá-los sob a categoria cidadão de bem, ofereceu ao debate um importante insight. Para ela, o cidadão de bem pretende ter uma conduta meritória que o diferencia dos demais (“vândalos”, “vagabundos”) e se subjetiva no engajamento contra a corrupção, essa mazela polissêmica. É a corrupção dos políticos, a corrupção dos costumes e tradições e a corrupção dos privilegiados que têm muitos direitos e não cumprem seus deveres.

Como se vê, a mobilização conservadora do discurso cidadão não pretende ser universalmente inclusiva: o outro lado da fronteira, estreita, é personificado claramente; e a ruptura dos consensos institucionais da escola é um desdobramento provável. Essa ruptura não separa apenas interpretações opostas num debate abstrato. Esse discurso cidadão sustenta um ideal bem particular de pessoa que direciona a regulação da vida e do corpo dos sujeitos escolares.

A formação discursiva conservadora

Se o discurso cidadão pode ser mobilizado de forma conservadora, é porque eles se sobrepõem, convivem e se aliam. Todavia, a distinção analítica é necessária para observar as diferentes combinações em cada um desses discursos e como podem ser integrados. Quando a formação conservadora é predominante, os significantes da família, da moral, da tradição, da decadência estruturam o discurso. Ele exerce pressão sobre os limites entre público e privado, pela redistribuição dos papéis entre escola e família. Contrapõe aos signos de desordem do presente a escola de antigamente, a família de antigamente. Semeia o pânico moral.

Ele é tão forte quanto discretamente cristão. Há toda uma tradução, uma reconfiguração discursiva (SILVA, 2017) que apresenta as preocupações religiosas em linguagem secular. O melhor exemplo nesse sentido decerto é o uso do significante “ideologia de gênero”. Ideológico é o outro: a ciência e os direitos humanos estão do lado da família.

O discurso conservador pressiona os progressistas que, a depender da conjuntura, podem tanto rejeitá-lo simplesmente quanto procurar discursos intermediários em busca do consenso.

A formação discursiva liberal

Aparece em múltiplos contextos do *corpus*. Recorre aos significantes do “mérito” e da “vitimização”, do “militante”, da “qualidade”, do “mercado”, do “privado”, do “funcionário público” e do “corporativismo”.

O discurso neoliberal foi a base de inúmeras políticas educacionais nas últimas décadas. O apelo tecnocrático sustentando modelos de avaliação de desempenho escolar inspirados na excelência do mercado. Isso aparecerá raramente. Do mesmo modo, aquilo que poderíamos chamar de um neoliberalismo progressista, o discurso liberal humanista da tolerância e das liberdades individuais, que se encontra por exemplo nas grandes fundações educacionais, terá pouco espaço, o que não deixa de ser sintomático. Liberais de destaque na transição hegemônica das direitas como Fernando Holiday e Kim Kataguirí parecem ter uma afinidade eletiva com o discurso conservador.

No chão da escola, o discurso meritocrático e o *ethos* concorrencial continuam onipresentes, dando força para a análise de Dardot e Laval (2016), que enxergam no neoliberalismo uma racionalidade normativa e disciplinadora. Ele traduz demandas igualitárias ou inclusivas como apelos por privilégio ou vitimismo. As linguagens inclusivas e o discurso politicamente correto, por sua vez, como censura e ameaças à liberdade.

No seu estudo sobre as questões sociais e o conservadorismo médio, Solano e Rocha (2018) perceberam que a igualdade tem sido associada à direita, na medida em que a política de diferenças é encampada apenas pela esquerda. Trata-se de um grande desafio à hegemonia do discurso progressista contra as desigualdades; a direita ressignifica igualdade.

Se a aliança com a agenda moral seria um jeito de os liberais compensarem o caráter impopular ou antipopular da sua agenda econômica, a rejeição das políticas afirmativas em nome da igualdade formal pode se revelar um terreno de expansão promissora.

A formação discursiva punitivista

O discurso liberal é mobilizado frequentemente por outra formação discursiva, que busca nele significantes que lhe dão legitimidade, a punitivista. Ela expressa um protesto contra a impunidade e frequentemente aceita soluções radicais para a mudança da (des)ordem reinante. Ela pode ser profundamente antissistema ou pode simplesmente demandar mais disciplina, mais autoridade, mais “providências”. Enxerga na tolerância disciplinar da esquerda ou na ausência de sanções uma das raízes da insegurança pública e da criminalidade. É o discurso dos públicos vigilantes que, sempre à espreita de um desvio, demandam mais controle sobre os professores. Podem se engajar em ações que vão do linchamento virtual à (ameaça de) justiça com as próprias mãos. Nesse discurso, a moral é predominantemente retributiva, é a moral do pai austero (LAKOFF, 1996). A mediação de conflitos ou a justiça restaurativa são injustiças.

A formação discursiva freireana

Na quinta formação, a freireana, predominam os significantes da “participação”, da “autonomia”, da “opressão”, da “desigualdade”, “cidadão”, “educação crítica”, “educação transformadora”, “emancipação”, “classe trabalhadora”. Surgiu por último, conforme o distanciamento para analisar as condições de enunciação das entrevistas.

De maior interesse será analisar os dilemas do discurso freireano, sobretudo sua tradicional demanda pela participação das famílias na escola, num contexto em que o conservadorismo cresce entre estas.

DE VOLTA AO CHÃO DA ESCOLA

Com o objetivo de comparar os conflitos estudados, classificamos segundo a relação estabelecida entre suas demandas e a ordem institucional escolar, adaptando o modelo de Laclau. Nesse sentido, as variações do protesto liberal-conservador podem ser identificadas como: (1) protesto dentro da ordem, (2) fora da ordem e (3) simultaneamente dentro e fora da ordem. O conflito estudado estará justaposto a outras duas configurações sociais possíveis, ampliando o horizonte imediato da interação. Assim, veremos o caso EMEI A, escola em que a demanda conservadora

das famílias não penetra na institucionalidade, mas é capaz de contornar esse obstáculo e desorganizar as práticas docentes.

O uso de significantes como “ideologia de gênero” ou “doutrinação” no chão da escola é indício claro de que as demandas locais estão sobredeterminadas, mas os fatores externos tornam os desfechos que veremos inevitáveis. Via de regra, tais significantes precisarão se articular a outras demandas para redirecionar o consenso conflituoso escolar ou realinhar os antagonismos. Dos embates locais emergem novos pontos nodais, as fronteiras discursivas e as coalizões se deslocam e os projetos de hegemonia se reconfiguram. Tendências muitas vezes ignoradas ou imperceptíveis na macropolítica se descortinam, indicando possibilidades inéditas de formação social, rompendo a saturação do espaço político.

Por isso, todos os discursos analisados serão lidos como candidatos a articuladores, fontes de significantes que aspiram à hegemonia (PANOTTO, 2016). E, como nada na particularidade de um significante hegemônico predetermina *a priori* a emergência de sua função universal, um dos objetos da investigação será entender como alguns expandem sua articulação e outros não, como algumas demandas escalam e outras não.

EMEI A

Às vésperas do primeiro turno das eleições de 2018, um vídeo acusando uma Professora A de educação infantil de praticar ideologia de gênero viraliza nas redes sociais. Ela adoece e abandona a escola sob linchamento moral e ameaças de morte, enquanto espera que sua prática de ensino seja reconhecida institucionalmente como atividade curricular normal.

O conflito na EMEI A opõe a luta por equidade de gênero e as demandas da aliança liberal-conservadora que se rearticulava. Seu desenvolvimento mostra a crise da legitimidade escolar e os limites da cultura participativa diante do engajamento de públicos digitais liberais e conservadores. A digitalização do protesto contorna o amparo institucional que protegia algumas práticas pedagógicas progressistas, desloca a correlação de forças na comunidade escolar, inutiliza suas dinâmicas de

negociação e produção do consenso e favorece um antagonismo que abala a rotina da escola e seus profissionais.

A demanda do Pai que fez o vídeo chegou à câmara municipal, onde foi defendida pela vereadora evangélica Rute Costa e pelo vereador liberal Fernando Holiday e foi mobilizada em disputas eleitorais. A dinâmica de escalada parecia ter atingido ali seu ápice, sobretudo porque foi sucedida pela debandada da equipe escolar e arrefecimento do tema na comunidade. Porém, passados dois anos e meio, a escola volta a ser alvo de ameaças por causa do mesmo vídeo, que ressurge em redes sociais evangélicas e na mídia televisiva, levando à intervenção da vereadora bolsonarista, Sonaira Fernandes.

Nos dois episódios, em 2018 e 2021, os conflitos de gênero se encadeiam a outras demandas (a questão racial, a questão da autoridade e outras), de modo que, para seguir seu desenvolvimento, propõe-se como fio condutor as divergentes noções de infância e de respeito. Ambas parecem ocupar o centro das articulações discursivas opostas, traduzindo ideais de pessoa e sociedade que se chocam na luta por hegemonia, do chão da escola às redes até a câmara municipal. O interesse dessa perspectiva é analisar como a (re)contextualização das formações discursivas em diferentes planos vai modulando seus antagonismos em termos pedagógico, moral, político e pessoal, oferecendo uma primeira ocasião para refletir sobre as tensões no interior da formação discursiva freireana sob a pressão da ascensão conservadora.

“...é que minha ‘profe’ ensinou coisa errada”

Depois de algumas entrevistas com educadores de esquerda falando dos embates ideológicos escolares, um dos entrevistados sugeriu o contato da EMEI A, escola cujo conflito mereceria ser estudado. Seu disparador teria sido um vídeo ainda disponível na internet. Neste, uma criança vestida com o uniforme escolar da educação infantil do município de São Paulo é entrevistada pelo seu pai. Ela diz:

- ...é que minha “prô” ensinou coisa errada, que menino usa saia, vestido, brinco e pinta unha, e também a “prô” disse e... quando a gente fez uma roda...
- E onde foi essa roda?
- foi na minha sala.
- E ela falou o quê?
- que menino usa saia, vestido, brinco e pinta unha.

- E qual o nome da professora?
- Professora A.
- E da sua escola, você lembra?
- EMEI A?
- E seu nome?
- [...].
- E quantos aninhos você tem?
- 4 anos.
- Ela falou isso pra todas as crianças hoje, dentro da sala de aula? Então tá bom, a gente vai ver o que a gente faz, porque isso é inadmissível, uma criança de 4 anos de idade aprender que um menino pode usar brinco, pode usar vestido e pintar unha.

Ela olha pro chão quando repete o que a professora teria dito e cadencia a voz como quem faz um esforço de memória; sorri quando diz sua idade e o nome da sua escola. O vídeo tem menos de um minuto. “A ‘profe’ ensinou coisa errada” – a escola confrontou o que foi ensinado em casa, coisa que ela aprendeu há alguns meses ou, talvez, há alguns minutos, é indefinível. Seu pai reage – “é inadmissível!” –, ela parece entender que ele não está contente. Ele não pergunta mais nada: se “a prô” foi questionada por um colega, se alguém fazia “coisa errada”, se aquilo era uma instrução sobre a escola ou sobre o mundo. Para o pai, o contexto seria auto evidente ou pouco importava. A professora contrariou a expectativa razoável e decente: naturalizar as normas tradicionais de gênero – desvio agravado pelo desrespeito à inocência da criança.

O vídeo foi postado na quinta-feira, dia 27 de setembro de 2018, na semana anterior ao atentado à faca contra Jair Bolsonaro. Se o Kit gay ou a mamadeira de piroca são casos famosos de viralização em redes conservadoras durante o período, esse vídeo, embora tenha algum parentesco com eles, na medida em que ativa pânico moral e engajamento digital significativo, por outro lado, ele tem enraizamento numa comunidade particular e não se situa simplesmente na zona da manipulação fraudulenta.

Nós entrevistamos a Diretora em 2021, que assumiu o cargo em 2019, logo após o ápice do conflito. Ela acompanhou o caso à distância em 2018, o que não a fez hesitar na hora de escolher a escola. Quando chegou, teve acesso às atas e documentos do caso e participou das audiências no ministério público. Este investigava se a secretaria da educação estava acompanhando devidamente a professora “uma vez que”, “ela estava colocando em prática o que é currículo na educação no Brasil”. A diretora assim se posiciona antes mesmo de ser questionada,

justificando a intervenção da professora, alinhando-a ao currículo oficial e à sua própria visão de educação infantil. Indo além, ela lamenta a conduta do pai que, em vez de procurar a escola, produziu e postou um vídeo nas redes sociais, meio pelo qual, multiplicando seus apoiadores, anônimos e famosos, ele terminaria por alcançar seu objetivo.

Nas semanas que se seguiram, telefonemas anônimos proferiam ameaças e estranhos eram vistos circulando ao redor da escola. Não apenas a professora foi atingida pelo medo, mas toda a equipe.

A Diretora descreve o impacto sobre a equipe que encontrou ao assumir o cargo como “devastador, muito nocivo. [...] a escola estava desorganizada, pois [o conflito] gerou muitos pedidos de remoção, além de um racha na equipe, que não conseguiu se unificar para defender a escola e a professora”. A Diretora entende seu trabalho como um esforço de reconstrução e unificação que, no momento da nossa entrevista, teria entrado numa fase de distensionamento.

A escalada da demanda conservadora

Uma vez postado, o vídeo chegou rapidamente às redes da vereadora Rute Costa, que, no dia 2 de setembro, já tendo feito o contato com o Pai, enviou à escola seu assessor, o pastor Fulano de tal, em busca de provas para fundamentar a denúncia. Rute Costa recebe o Pai na câmara no dia 4 e faz um discurso no plenário tornando o caso público. Fernando Holiday, que estava presente, intervém e engrossa o coro contra professora. Em seguida, leva o Pai a seu gabinete para gravar um vídeo.

O jovem vereador, que estava em seu primeiro mandato, alcançou notoriedade ao destacar-se entre os ativistas do MBL durante as mobilizações pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff. No seu discurso de posse, Holiday se declara um jovem negro e gay que rejeita o coitadismo. No ano seguinte, apresentará o projeto de lei do Escola Sem Partido à câmara paulistana e, pouco tempo depois, inicia sua blitz ideológicas pelas escolas municipais.

A performance de Holiday e a estratégia do Pai têm mais de uma afinidade eletiva: nascem de uma suspeita sistemática sobre o trabalho docente, que inspira uma vigilância sobre a escola à procura de provas, indícios, fragmentos ou rumores.

QUANDO O PASSADO NÃO PASSA – A VIRTUALIDADE DO INIMIGO

Um dos objetivos desse ensaio é analisar a dinâmica entre os problemas que estão “muito aquém”, das questões meramente pessoais, e as concepções divergentes de infância na EMEI A. A intenção é iluminar como esta configuração condicionou o desenlace do conflito instaurado pelo vídeo.

A Professora B, em janeiro de 2021, reconstituiu a cena escolar que gerou o protesto do Pai, mas sua resposta estava condicionada: “pra entender isso, você precisa saber o contexto das nossas didáticas”. Toda a entrevista passa a girar em torno desse ponto: a compreensão de um trabalho pedagógico comum e, claro, a identificação coletiva que ele anima. Dito isso, começamos pelas viagens da boneca preta das Professoras A e B. Professora B conta que:

nós usávamos nas rodas de conversa com as crianças uma boneca, uma boneca preta pra ser o mascote da roda de conversa. Quem pega o mascote tem a fala. E aí, num determinado momento, um menino não quis pegar a boneca, porque “era coisa de menina”. E aí, isso gerou um projeto maravilhoso com a turma: eles colocaram nome na boneca; ela virou o mascote da sala, ganhou uma mala e começou a visitar as famílias, toda semana ia pra casa de uma criança e tinha que brincar, cuidar, né? A gente falava pras crianças que era pra cuidar da boneca igual um filho”. “O pai não cuida de você? Não dá banho? Comida? Então, é a mesma coisa!” E quando os pais diziam que boneca não é coisa de menino, eles já defendiam em casa: “Não. mas você não cuida de mim? Então, eu tô cuidando igual você cuida de mim. Não tem nada a ver”.

Trata-se de uma brincadeira que mexe com estruturas sociais importantes dentro da dinâmica doméstica: a boneca preta rompe os muros da escola, entra nos lares, inverte hierarquias de gênero tradicionais e rompe estigmas raciais. A prática que suscitou a denúncia do Pai, o “cantinho da pintura”, se insere no mesmo quadro político-pedagógico. Professoras A e B a conduziam frequentemente juntas, misturando as turmas. No “cantinho” há um baú com adereços, tintas, maquiagens; lá as crianças podem se pintar e se fantasiar livremente. Professora B continua:

Foi aí que surgiu a situação da roda de conversa da professora A com a criança, em que a criança fez a pergunta, ela juntou a turma e falou “qual o problema, né gente?” [...] Inclusive, a questão já havia aparecido antes – “Ciclano porque você tá com a unha pintada?”. “Porque eu quis pintar minha unha, qual o problema? Menino não pode pintar a unha?” “Pode”. E a gente tinha uma coisa muito bacana que era esse diálogo com as famílias, de defesa da infância livre, não de Ideologia de Gênero como se diz aí, né?

Mais uma vez, observa-se a desgenerificação de brinquedos e jogos. Mais uma vez, a brincadeira é orientada por uma concepção de infância e – sociedade – livre de opressões. O significativo “infância livre” atravessa amplamente o discurso pedagógico dessas professoras como um princípio, associado frequentemente à “infância plena”, “educação libertadora”, “transformadora”, “respeito”, “autonomia”, “igualdade”. A Professora B deixa claro que os questionamentos das famílias já ocorriam antes, mas eram encarados como parte de um diálogo contínuo, nada capaz de gerar grandes sobressaltos. Por isso, quando Professora A recebeu o telefonema da diretora que a alertava sobre o vídeo que um pai postara nas redes sociais, ela reagiu com tranquilidade. “Ah, depois eu marco uma reunião com esse cara e converso com ele”. A Professora A ainda não percebera que se afirmava ali uma nova modalidade de engajamento familiar na vida escolar.

No começo de 2021, já eram passados mais de dois anos desde o ataque que afastara a Professora A da escola. A equipe fora profundamente modificada: tantas foram as remoções que não é exagero dizer que o EMEI A era uma nova escola dentro da mesma escola.

No fim do 1º semestre de 2021, um pastor presbiteriano lança em suas redes um alerta sobre os perigos da ideologia de gênero, como exemplo, mostra o vídeo “a ‘profe’ ensinou coisa errada...”. Dias depois, a escola recebe um telefonema anônimo em que as professoras são ameaças de agressão e morte – elas sexualizavam as crianças, eram criminosas. Nas semanas seguintes, os telefonemas se sucedem. No dia 28 de julho, investigadores da polícia civil chegam à escola procurando pela Professora A, acusada de “sexualização das crianças” para averiguação. Em 5 de agosto, a escola recebe um documento da Ouvidoria do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, liderado pela ex-ministra Damares Alves, exigindo esclarecimentos sobre o vídeo que estava circulando com indícios de infrações aos direitos da criança. Duas semanas depois, vai ao ar uma matéria na TV Record sobre a “ideologia de gênero”.

As educadoras estão, mais uma vez, com medo. A diretora da unidade faz boletins de ocorrência na 4ª DP da Consolação, as equipes técnicas da diretoria regional para responder ao ministério de Damares, as gestoras procuram apoios na

câmara de vereadores cuja comissão de educação, cultura e esportes realiza uma audiência para tratar do caso em meados de agosto.

Desde então, o STF avançou sobre essas pautas, aumentando o suporte jurídico da demanda: declarou a inconstitucionalidade de projetos como Escola Sem Partido e outros que pretendem proibir a abordagem de estudos de gênero na escola, mas evidentemente isso não implica uma mudança automática da dinâmica política e cultural que lhes dá suporte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutiu-se os conflitos escolares a partir do caso da EMEI A, local em que o bloco liberal-conservador chegou às salas de aula, por meio das mídias digitais, em defesa de uma Escola Sem Partido e contra a ideologia de gênero; em defesa da família e contra a militância progressista. Buscou-se, com as entrevistas, que consensos democráticos como “cidadania”, “aluno crítico”, “diversidade” foram rompidos na esfera pública repercutiam no currículo, atingindo suas finalidades formativas.

A forma da participação desses públicos mostrava um dissenso talvez mais profundo: sobre a premissa da participação, não mais nos fóruns escolares, mas nas mídias digitais. A penetração do conservadorismo nas escolas a partir de uma situação concreta mostra que o bolsonarismo, o movimento Escola sem Partido e, particularmente, a ideologia de gênero são significantes hegemônicos, personificando uma nova unidade na escola, obedecendo a uma lógica diferencial (LACLAU, 2015, 2013, 2009).

Nesse cenário por demais complexo, buscou-se compreender a penetração do conservadorismo nas escolas, o que nos leva a indagar a força do bolsonarismo e do movimento Escola sem Partido como antagonistas nos discursos escolares. A escola se tornou uma espécie de chegada e ponto de partida do conservadorismo militante, procurando as demandas das famílias conservadoras que viam na escola um obstáculo a seus projetos educativos particulares. Ocorrendo uma ruptura na ideia de participação na esfera escolar. A interação escolar foi modificada sob impacto da iniciativa conservadora digital.

Esse estudo procurou demonstrar que a demanda conservadora das famílias não penetra na institucionalidade, mas é capaz de contornar esse obstáculo e desorganizar as práticas docentes a partir das mídias sociais. Assim, os professores e a escola tornam-se reféns de práticas policiais por parte dos estudantes e familiares, e às vezes entre os próprios colegas. A dinâmica demonstrada aqui revela que os problemas estão ampliados por dissonâncias e que não há território na escola para concepções divergentes de infância.

Atividades como “a boneca preta”, que, em tese, romperia os muros da escola, entraria nos lares, inverteria as hierarquias de gênero tradicionais e romperia estigmas raciais, são descontextualizadas e reviradas para processos políticos antagonistas, sem a participação dos envolvidos numa clara lógica diferencial.

A potencialidade discursiva agonista de (des)generificação de brinquedos e jogos perde espaço para ações que não buscam o diálogo, mas sim a imposição de um discurso hegemônico conservador. Os significantes freireanos como “infância livre”, “infância plena”, “educação libertadora”, “transformadora”, “respeito”, “autonomia” e “igualdade” foram desintegrados, e um novo reposicionamento das práticas progressistas deve se renovar, passando pela instituição escolar e as secretarias de ensino, que têm o dever de proteger a prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

ALONSO, A. A política das ruas - Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos Cebrap**, v. 1, n. 37, p. 49-58, 2017.

ALONSO, A. A comunidade moral Bolsonarista. In: **Democracia em Risco?** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, S. **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, F.; MACHADO, M.; VAGIONE, J. **Gênero, democracia e neoconservadorismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

CESARINO, Leticia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Revista Internet & Sociedade**, n. 1, v. 1, p. 1-10, 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

KALIL, I. Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. **Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo**, out., 2018.

LACLAU, E. Populism: ¿qué nos disse el nombre? *In*: PANIZZA, F. (comp.). **El populismo como espejo de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009. p. 51-70.

LACLAU, E. **A razão populista**. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2013.

LACLAU, E; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LAKOFF, G. **Moral politics**: what conservatives know that liberals don't. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

MENDONÇA, D. Teorizando o Agonismo: crítica a um modelo incompleto. **Revista Sociedade e Estado**. v.25, n.3, 2010.

MENDONÇA, D. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 43, n. 3, p. 249-258, 2007.

MESSENBURG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 621-647, 2017.

MIGUEL, L. A reemergência da direita brasileira. *In*: SOLANO, E. (org.) **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 165-175, 2006.

MOUFFE, C. **El retorno de lo político**. Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical. Paidós: Barcelona, 1999.

MOUFFE, C. Por um Modelo agonístico de democracia. **Rev. Sociol. Polít.**, n. 25, p. 11-23, 2005.

MOUFFE, C. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1993.

MOUFFE, C. **Sobre o político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

MOURA, M.; COBERLLINI, J. **A eleição disruptiva**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

RIBEIRO, M. Antipetismo e conservadorismo no Facebook. *In*: SOLANO, E. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

ROCHA, C. O *boom* das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: SOLANO, E. (Org) **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

ROCHA, C. “**Menos Marx, mais Mises**”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROCHA, R. **Escola partida: ética e política em sala de aula**. Editora Contexto, 2020.

SILVA, L. G. T. O debate entre evangélicos e o movimento LGBTT em torno do PL122: Um diálogo a partir de Chantal Mouffe e Nancy Fraser. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 10, n. 14, 2017.

TATAGIBA, L. 1984, 1992, 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**. v. 13, n. 28, 2014.

* Artigo recebido em 29/03/2023,
aprovado em 13/06/2023.